

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Introdução:
 Senhores, Autoridades e Clientes,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco”, “Instituição”, “Deutsche” ou “Deutsche Bank Brasil”) referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.
 Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Destques do exercício:
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021
 Em 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, conforme alterada, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.
 Os principais efeitos decorrentes da adoção inicial da referida norma foram apresentados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Resultado do exercício
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R\$ 270.694, equivalente a R\$ 0,22 por ação, e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) anualizada de 9,5%.
 O desempenho do Deutsche Bank no Brasil em 2025 foi marcado por dinâmicas distintas entre suas principais áreas de negócio, resultando em uma performance consolidada que superou o plano para o ano. O **Corporate Bank** excedeu sua meta de receita, com a performance de seus produtos de Gestão de Caixa (*Cash Management*) e Custódia sendo impulsionada tanto pelo crescimento dos volumes de depósitos quanto pelo cenário de taxas de juros (CDI) elevadas. A carteira de crédito da divisão expandiu 40% em relação ao ano anterior, contudo, seu resultado líquido foi pressionado pela constituição de provisões específicas e pela compressão de spreads, reflexo de um ambiente competitivo. No **Investment Bank**, o resultado foi significativamente superior ao de 2024, ainda que tenha ficado aproximadamente 10% abaixo do plano. Esse desempenho foi ancorado pela área de Trading, cujos resultados superaram as metas e o ano anterior, com destaque para uma relevante operação de *cross-currency swap* e para as alocações de receita via preços de transferência (*Transfer Pricing*). Em contrapartida, a área de assessoria em Fusões e Aquisições (M&A), um investimento estratégico recente, não gerou receita significativa em 2025. Apesar da origemação de mandatos relevantes, os ciclos de conclusão das transações se estenderam para além do período, com expectativa de reconhecimento de receita a partir de 2026. Adicionalmente, ressalta-se que este desempenho foi alcançado em paralelo a uma gestão rigorosa de capital e liquidez, com todos os indicadores operando em total conformidade com os limites regulatórios locais e os parâmetros de Basileia.

Patrimônio Líquido
 O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2025 em R\$ 2,9 bilhões, comparado com R\$ 2,7 bilhões em dezembro de 2024.
Patrimônio de Referência e Índice de Basileia
 De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 2,9 bilhões em junho de 2025 (dezembro 2024 – R\$ 2,7 bilhões). Em 31 de dezembro de 2025, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e Bacen, foram apurados em 18,05% e 13,02%, respectivamente (dezembro 2024 – 23,05% e 8,52%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos:
 Conforme faculdade prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco optou pela dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 19,8 bilhões, comparado com R\$ 30,5 bilhões em dezembro de 2024. A variação no total de ativos decorre, substancialmente, da mudança na classificação e mensuração das operações de câmbio, as quais passaram a ser classificadas na categoria valor justo no resultado e registradas como instrumentos financeiros derivativos.
 No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no exercício:
 • Aplicações interfinanceiras de liquidez – Redução no portfólio decorrente, substancialmente, de operações compromissadas O/N realizadas com a finalidade de gestão do caixa e da liquidez do Banco;
 • Títulos e valores mobiliários – Incremento do portfólio decorrente, de forma preponderante, do aumento da carteira de títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado;
 • Operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito – Expansão do portfólio decorrente, principalmente, do crescimento das operações de capital de giro e de adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC); e
 No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no semestre:
 • Obrigações por empréstimos e repasses – Redução decorrente, principalmente, de obrigações originadas por tomadas de linha junto à entidades ligadas sediadas no exterior;
 • Derivativos – Queda decorrente, substancialmente, das variações dos valores de mercado (PTAX) e da queda nas operações a termo de títulos públicos;
 • Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras – Aumento do saldo decorrente, principalmente, do complemento de provisão constituída para ativo com problema de recuperação de crédito; e
 • Outras provisões – Redução decorrente, substancialmente, da reversão de parcela da provisão constituída para contingências cíveis.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria:
 Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco (“Comitê”), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.
 Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.

O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 23 de março de 2026.

Gestão Corporativa de Risco:
 Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles e mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores práticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a diretoria executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.
 Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Expandido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: [Deutsche Bank Brasil](#).

Atuação:
 Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, origemação e estruturação de operações.
 Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras.
 O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche Bank vem transformando seu modelo de negócios desde 2019, e tendo restaurado a rentabilidade do banco e fortalecido suas bases, o foco da gestão na próxima fase será acelerar a criação de valor por meio da expansão do modelo Global Hausbank. O Deutsche Bank busca agora explorar um potencial de crescimento ainda maior, reforçando sua posição como o parceiro de confiança para clientes em um cenário de constantes mudanças.

A visão de longo prazo do Deutsche Bank é se consolidar como o campeão europeu do setor bancário. Isso significa alcançar a liderança nos principais segmentos de negócio em nível europeu, liderança de mercado nos retornos e manter uma presença global robusta e escalável. Tudo isso será sustentado por um modelo de negócios resiliente, avançando no potencial da inteligência artificial e um balanço patrimonial sólido.
 Para o período até 2028, o banco estabeleceu metas ambiciosas de crescimento de receitas, lucratividade e retorno aos acionistas. O plano para atingir esses objetivos se baseia em três pilares estratégicos: crescimento focado nos negócios, disciplina rigorosa na alocação de capital e a implementação de um modelo operacional escalável. Todas essas iniciativas são guiadas pelo uso disciplinado da nossa métrica de desempenho de Valor Adicionado para o Acionista (SVA - Shareholder Value Add).

Crescimento Focado
 De 2026 a 2028, o Deutsche Bank irá direcionar seu crescimento para as áreas de maior geração de valor. A estratégia é capitalizar sobre a liderança no mercado alemão, integrar a oferta Global Hausbank para proporcionar uma experiência fluida ao cliente e usar seus pontos fortes para ajudar os clientes a navegar em um mundo em transição.
 O banco planeja escalar o modelo Global Hausbank com investimentos em áreas como captação de ativos (asset gathering), pagamentos, serviços (servicing) e assessoria (advisory). O Grupo projeta uma receita incremental de cerca de € 5 bilhões até 2028, dos quais € 2 bilhões devem vir da Alemanha, aproveitando a liderança local e as oportunidades de estímulos fiscais, reformas estruturais e novos investimentos públicos e privados.

Disciplina Rigorosa de Capital
 A partir de 2026, o plano é aumentar a distribuição de lucros aos acionistas para 60%, acima dos 50% previstos para 2025. O banco também vê espaço para distribuições adicionais de capital expedite sempre que o rácio CET1 ultrapassar 14% de forma consistente. Desde 2022, o Deutsche Bank tem aumentado a distribuição aos acionistas em cerca de 50% ao ano.
 Para ampliar essa capacidade de distribuição, o banco irá realocar capital para atividades de maior valor, reduzindo a exposição a áreas com retornos abaixo da meta (*sub-hurdle*). As medidas incluem uma política de preços disciplinada, foco no cumprimento das metas de retorno e uma gestão ativa do balanço para otimizar a alocação de capital.

Um Modelo Operacional Escalável
 Para o período de 2026 a 2028, o Deutsche Bank identificou um potencial significativo na otimização de seu modelo operacional. Com maior integração e automação de processos, escala de plataformas e uso de IA, o banco pretende gerar mais eficiência, aprimorar a experiência do cliente e, consequentemente, impulsionar o crescimento. A meta é alcançar uma economia bruta de custos de € 2 bilhões até 2028, que ajudará a compensar os investimentos, a inflação e os custos do crescimento. Com isso, a expectativa é que as despesas totais fiquem em torno de € 22 bilhões em 2028, crescendo a um ritmo contido de 2% ao ano. Assim, o banco espera que as receitas continuem crescendo mais rápido que os custos, atingindo a meta de um índice de custo/receita inferior a 60% em 2028.

As metas financeiras do Grupo Deutsche Bank para 2028 são claras:

- Retorno sobre o Patrimônio Líquido Tangível (RoTE):** Atingir um patamar superior a 13%, acima da meta de 10% para 2025.
- Crescimento das Receitas:** Impulsionar um crescimento anual composto acima de 5%, elevando as receitas de aproximadamente € 32 bilhões em 2025 para cerca de € 37 bilhões em 2028.
- Eficiência Operacional:** Reduzir o índice de custo/receita para menos de 60%, comparado à meta de 65% para 2025. Para isso, o banco continuará investindo em crescimento e tecnologia, ao mesmo tempo que executa programas para gerar uma economia bruta de custos de aproximadamente € 2 bilhões.
- Solidez do Capital:** Manter o índice de capital Nível 1 (CET1) no intervalo já estabelecido de 13,5% a 14,0%.
- Retorno aos Acionistas:** Aumentar o *payout* (distribuição de lucros) para 60% do lucro líquido a partir de 2026, acima da meta atual de 50%. O banco também considera distribuições adicionais de capital expedite, ou seu uso para crescimento focado, sempre que o rácio CET1 se mantiver de forma sustentável acima de 14%.

Atividades culturais e sociais:
 O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.
 As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Dezembro 2025		Nota	Dezembro 2025
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Disponibilidades	5	170.965	Passivos financeiros ao custo amortizado	14	12.430.644
Ativos financeiros ao custo amortizado		12.523.981	Depósitos de clientes e instituições financeiras.....	14	3.749.676
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6	7.420.610	Obrigações por operações compromissadas.....	15	517.997
Títulos e valores mobiliários.....	7	843.274	Recursos por emissão de letras.....	16	555.855
Operações de crédito.....	9	2.042.509	Obrigações por empréstimos e repasses.....	17	6.894.367
Operações com características de concessão de crédito.....	9	1.597.476	Outros passivos financeiros.....	18	712.749
Outros ativos financeiros.....	11	620.112	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		2.361.964
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.339.615	Instrumentos financeiros derivativos.....	8	2.361.964
Títulos e valores mobiliários.....	7	1.339.615	Provisão para perdas esperadas com garantias financeiras	10	3.696
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		3.985.748	Outras provisões	20	246.820
Títulos e valores mobiliários.....	7	1.347.262	Obrigações fiscais		277.887
Instrumentos financeiros derivativos.....	8	2.638.486	Imposto de renda e contribuição social – Corrente.....		109.630
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(196.011)	Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	13	141.081
Ativos fiscais correntes e diferidos		250.587	Outras obrigações fiscais.....		27.176
Impostos e contribuições a compensar.....		138.888	Outros passivos	19	503.875
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	13	111.699	Patrimônio líquido		2.971.196
Outros ativos	12	705.937	Capital Social.....	23(a)	1.928.551
Imobilizado de uso		15.260	Reservas de lucros.....	23(b)	1.034.697
Outras imobilizações de uso.....		45.046	Outros resultados abrangentes.....	23(c)	7.948
Depreciações acumuladas.....		(29.786)	Total do passivo e patrimônio líquido		18.796.082
Total do ativo		18.796.082			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.928.551	763.583	9.519	-	2.701.653
Adoção inicial da 4.966/2021 e IFRS 16.....	2	-	-	255	420	675
Saldos em 01 de janeiro de 2025		1.928.551	763.583	9.774	420	2.702.328
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	1.618	-	(1.618)
Ajuste a valor justo (VJORA).....	-	-	-	(135)	-	(135)
Ajuste de avaliação atuarial.....	-	-	-	(73)	-	(73)
Risco de crédito próprio (DVA).....	-	-	-	-	270.694	270.694
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	270.694	270.694
Destinação do lucro líquido.....	-	-	-	-	(13.535)	-
Constituição de reserva legal.....	-	-	13.535	-	(13.535)	-
Constituição de reserva para expansão.....	-	-	257.579	-	(257.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.928.551	1.034.697	7.948	-	2.971.196
Saldos em 30 de junho de 2025		1.928.551	772.731	9.621	174.233	2.885.136
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	1.618	-	(1.618)
Ajuste a valor justo (VJORA).....	-	-	-	(135)	-	(135)
Ajuste de avaliação atuarial.....	-	-	-	80	-	80
Risco de crédito próprio (DVA).....	-	-	-	-	87.733	87.733
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	87.733	87.733
Destinação do lucro líquido.....	-	-	-	-	(4.387)	-
Constituição de reserva legal.....	-	-	4.387	-	(4.387)	-
Constituição de reserva para expansão.....	-	-	257.579	-	(257.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.928.551	1.034.697	7.948	-	2.971.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2025	Dezembro 2025		Nota	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Atividades operacionais				(Aumento) / redução em outros ativos.....		73.745	(195.340)
Lucro líquido / (prejuízo) ajustado do semestre / exercício		152.857	(147.882)	(Redução) / aumento em outros passivos.....		120.750	166.918
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre / exercício.....		87.733	270.694	(Redução) / aumento em provisões.....		(168.731)	(517.804)
Ajustes ao lucro líquido		65.124	(418.576)	Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(29.823)	(53.869)
Despesas de depreciação e amortização.....	25(e)	1.461	3.072	Caixa (utilizado) / gerado nas atividades operacionais		3.479.844	(1.772.005)
Provisão / reversão de provisão para passivos contingentes.....	21	(6.373)	140.618	Atividades de investimento		956	(1.135)
Despesas com atualização monetária de processos judiciais.....	21	5.135	34.919	Aquisições em imobilizado de uso.....		956	(1.135)
Receitas com atualização depósitos judiciais.....	25(g)	(12.143)	(22.158)	Atividades de financiamento		1.861.976	(838.833)
Receitas com utilização taxa Selic – tributos.....		(166)	(392)	(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses.....		1.861.976	(838.833)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa.....		(183.158)	(414.466)	Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses.....		(11.864)	(68.451)
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses.....		11.864	68.451	Caixa (utilizado) / gerado nas atividades de financiamento		1.850.112	(907.284)
Efeitos da variação cambial em outros ativos e passivos.....		80.724	(594.458)	Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		5.330.912	(2.680.424)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	10(b)	105.926	179.054	Demonstrações da variação do caixa e equivalentes de caixa.....		1.916.891	9.696.919
Impostos diferidos.....		61.854	186.784	Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa.....		183.158	414.466
Variação de ativos e passivos		3.326.987	(1.624.123)	Fim do período.....	5	7.430.961	7.430.961
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros.....		3.354.549	(1.026.611)	Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		5.330.912	(2.680.424)
(Aumento) / redução em ativos e obrigações fiscais correntes.....		(22.133)	4.469				
(Aumento) / redução em ativos e passivos fiscais diferidos.....		(1.370)	(1.286)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

www.db.com/brasil

Continua...

O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas do seu quadro de colaboradores e familiares, da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS).

Durante o ano de 2025 o time de voluntários do Deutsche Bank organizou as campanhas de Agasalho, Alimentos e Natal, além de dois eventos de voluntariado, uma ação de sustentabilidade e o apoio ao projeto McDiaFeliz.

Na campanha do Agasalho arrecadamos recursos para a compra de agasalhos e cobertores, que foram entregues para três instituições. A primeira, a Casa de Apoio Vida Divina, é uma instituição que tem como missão acolher famílias de todo o Brasil, principalmente crianças e bebês de colo, especialmente das regiões Norte e Nordeste, que vêm a São Paulo em busca de tratamento contra o câncer infantil. Eles atendem 60 famílias por mês e foram entregues cobertores para bebês, macacão infantil, conjuntos de molotom e meias. A segunda instituição atendida foi a Anjos da Leste, organização sem fins lucrativos que atua desde 2013 na Zona Leste de São Paulo, acolhendo pessoas em situação de rua e oferecendo aulas de esportes, atividades educativas, culturais e terapêuticas para crianças e adolescentes. A terceira instituição atendida foi o Instituto Sonhe, uma ONG de 14 anos de existência, dedicada a transformar os sonhos de crianças e adolescentes em realidade no Centro de São Paulo, especialmente na região da Cracolândia.

Na ação de Alimentos arrecadamos doações para a compra de 147 cestas básicas, que foram entregues ao Instituto Voz , que atende crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos, com o objetivo de prover um ambiente seguro e acolhedor.

Já na campanha de Natal foi a vez de nossos colaboradores ajudarem os idosos assistidos pelo Abrigo Bezerra de Menezes, que atende 108 pessoas, provendo abrigo, carinho e dignidade. Por meio de doações financeiras, montamos um kit especial com itens de uso pessoal e uma Cestinha de Natal com presentes. Além disso, organizaremos uma tarde festiva para entregar os presentes e compartilhar momentos com o grupo de assistidos.

Nos eventos de voluntariado trabalhamos com duas instituições: o Instituto Reciclar e a AFESU. O Instituto Reciclar é uma entidade que atende jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da qualificação profissional e conexão com o mercado de trabalho. Na ocasião, um grupo de voluntários do Deutsche Bank esteve no Instituto para atividades de pintura e organização da biblioteca, e também para conhecer de perto as atividades e a história de alguns dos jovens atendidos. Já a AFESU é uma das primeiras organizações sociais do Brasil a oferecer educação e qualificação profissional 100% gratuita para mulheres de 7 a 25 anos, com o objetivo de inseri-las no mercado de trabalho e capacitá-las para liderar a transformação de suas realidades. Ali, um grupo de 41 voluntários — colaboradores do Deutsche Bank Brasil e seus familiares — participou do segundo evento de voluntariado, se dividindo em grupos para realizar atividades de pintura das áreas comuns da instituição (corredores, salas, refeitório) e limpeza das áreas externas.

Em relação à sustentabilidade, este ano participamos da limpeza das margens da represa Guarapiranga. Essa atividade, denominada “Plogging” consistiu em coleta de lixo e resíduos recicláveis nos arredores da represa, aprendizado do conceito de Lixo Zero e como nossas atitudes impactam o meio ambiente, além do passeio de caiaque na represa.

Por último, no ano que passou mais uma vez nos mobilizamos para a venda de tickets do McDia Feliz, uma das maiores campanhas solidárias de impacto social do país. Em parceria com a TUCCA, uma instituição referência no tratamento de crianças e adolescentes com câncer, vendemos tickets para o McDia Feliz e todo o valor arrecadado com a venda dos tickets foi integralmente revertido para as ações da Tucca. Além disso, arrecadamos doações de tickets que foram repassados a instituição IAM (Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente de São Bernardo do Campo), que atua com acolhimento e proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, promovendo assim um “Dia Feliz” para as 330 crianças e jovens atendidos por eles.

Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa “Home Page” www.db.com/brasil.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:
 Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco assume o compromisso com a proteção social, ambiental



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Demonstrações por Ações, conforme alterada, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A partir de 01 de janeiro de 2025, o Banco adotou a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, conforme alterada, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os principais efeitos decorrentes da adoção inicial dessa norma são a seguir apresentados:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As operações de câmbio passaram a ser classificadas na categoria valor justo no resultado e registradas como instrumentos financeiros derivativos. Ademais, quando aplicável, os ganhos e perdas não realizados registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido na conta de outros resultados abrangentes foram ajustados em contrapartida do resultado do período.
- O consequente impacto em lucros acumulados e em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido do Banco, líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ 1.859 e R\$ 75, respectivamente.
- Mensuração inicial e subsequentes: A parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo mensurado no nível 2 ou 3 hierarquia de valor justo, decorrente de alterações no risco de crédito próprio da instituição ("DVA"), passou ser reconhecida como componente destacado em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- O reflexo em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido do Banco, líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ 180.
- Mensuração das perdas esperadas: De acordo com a nova metodologia, a mensuração da perda esperada se realizará por meio da aplicação dos seguintes fatores: (i) exposição à inadimplência (EAD), (ii) probabilidade de inadimplência (PD), e (iii) perda por inadimplência (LGD). Para a estimativa dos parâmetros citados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo desses parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna. Não obstante, convém destacar que, além da mudança na metodologia, o escopo dos ativos financeiros sujeitos à constituição de perda esperada também foi expandido.
- O consequente impacto em lucros acumulados no patrimônio líquido do Banco, líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ (840).

Diante do acima exposto, o impacto decorrente da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, líquido dos efeitos tributários, foi material sendo inferior a 0,1% do Patrimônio Líquido do Banco.

Os preceitos e critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021 foram aplicados de forma prospectiva na data de adoção inicial da referida norma, não apresentando efeitos materiais decorrentes de sua aplicação. De acordo com a faculdade prevista no artigo 79 do referido normativo, o Banco optou pela dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Ainda, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco adotou a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, conforme alterada, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O reflexo decorrente da adoção dessa norma, em lucros acumulados no patrimônio líquido do Banco, foi de R\$ (599).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 30 de março de 2026.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: (i) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, (ii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, (iii) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, (iv) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, (v) CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, (vi) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, (vii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (viii) CPC 24 - Evento Subsequente, (ix) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (x) CPC 28 - Propriedade para Investimento, (xi) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, (xii) CPC 41 - Resultado por Ação, (xiii) CPC 46 - Mensuração do valor Justo, e (xiv) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias e a consequente convergência aos padrões internacionais:

- Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.
- Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entrou em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.
- Resolução nº 4.818/20 e Resolução nº BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.
- Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, a exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda, à contabilidade de hedge e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 (nota 2).
- Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda e de geração de lucro com base nas variações dos seus preços no mercado.
- Resolução nº 4.975/21, conforme alterada pela Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 (nota 2).

Em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 busca convergência ao IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Dessa forma, referido normativo esclarece que, o passivo relativo às obrigações tributárias objeto de discussão judicial somente deve ser reconhecido contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar a respectiva obrigação, devendo a avaliação dessa provabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

Ainda, em 14 de junho de 2023, foi publicada a Lei nº 14.596 que dispõe sobre regras de transferência ("TP") relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aproximando-as aos preceitos da OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Referido normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, liquidação do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em 28 de novembro de 2025 foi publicada a Resolução Conjunta nº 18, que dispõe sobre a política de qualidade das informações prestadas na esfera de atuação do Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Referida norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo que, o Banco a implementará dentro do prazo estabelecido.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado
 O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros - Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa

No reconhecimento inicial, o Banco classifica os ativos financeiros com base no modelo de negócios adotado para a gestão desses ativos financeiros, bem como nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, nas seguintes categorias: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou (iii) valor justo no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descaçamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócio para administrar os ativos financeiros.

c.2 Passivos financeiros
 O Banco classifica os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto aqueles expressamente elencados no artigo 9º, da Resolução CMN nº 4.966/2021.

c.3 Instrumentos financeiros derivativos e "hedge accounting"
 Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção ("hedge").

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "hedge" de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

i) "Hedge" de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

ii) "Hedge" de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve "hedge accounting".

c.4 Caixa
 O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. São exemplos dessas operações as cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

c.5 Mensuração ao valor justo
 O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplimento.

Quando há um mercado disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo e as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Entende-se por mercado ativo o mercado no qual transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nível 2: Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Informações de Nível 2 incluem: (a) preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; (b) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos; (c) informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em instrumentos com cotados; volatilidades implícitas; e spreads de crédito; (d) informações corroboradas pelo mercado.

Nível 3: Informações (inputs) de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser utilizadas para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma adequada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso a vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do recurso poderia ser exigido.

c.6 Taxa de juros efetiva

Taxa de juros efetiva é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

No Banco, as operações de crédito ou com característica de concessão de crédito continuam a ser reconhecidas pelas respectivas taxas contratuais, haja vista a inexistência ou a materialidade de custos de transação e valores recebidos na aquisição ou na originação desses instrumentos financeiros, conforme definido em política interna e no artigo 13 e parágrafos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quais sejam, (i) ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida; (ii) contratos de garantia financeira emitidos; e (iii) compromissos de empréstimo emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos a seguir, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses: instrumentos de dívida que apresentem um baixo risco de crédito na data de encerramento; e outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumenta substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito e são mensuradas da seguinte forma:

- Ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa contratuais e a entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- Compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- Contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

d.1 Determinação de aumentos significativos no risco de crédito e reconhecimento da perda de crédito esperada pela redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como, outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- difficuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras;
- um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de "impairment".

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

d.2 Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos; e (ii) compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão.

d.3 Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a "impairment" está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito como atraso, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo específico; e

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

d.4 Metodologia de estimativa de provisão

A mensuração da perda esperada se realiza por meio dos seguintes fatores:

Exposição a Inadimplência ou EAD (*Exposure at Default*): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo o saldo contábil bruto dos ativos financeiros e o saldo atual disponível que poderiam ser formados no momento da inadimplência.

Probabilidade de Inadimplência PD (*Probability of Default*): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD-tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em consideração as condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento no cálculo da PD.

Perda por Inadimplência LGD (*Loss given Default*): é o valor não recuperado pelo credor frente ao valor do empréstimo concedido, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para a qual o ativo financeiro é avaliado.

Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente. Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

d.5 Ativo problemático e stop accrual

Nos termos do artigo 3º, da Resolução CMN nº 4.966/2021, um instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer: (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos, ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Ainda, nos termos do artigo 17 do referido normativo, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A constituição de provisão de crédito para ativos problemáticos, estágio 3, é apurada através de ferramenta interna, considerando o valor presente da estimativa de recuperação de crédito em cenários definidos pela área de crédito.

A reclassificação de devedores inadimplentes para adimplentes inclui a exigência de período mínimo probatório (ou período de cura). Somente após análise do comportamento do devedor e de sua situação financeira durante o período probatório, é possível avaliar se a melhoria da qualidade do crédito é factual e permanente. O período probatório é de pelo menos 3 meses a partir do momento em que o devedor deixou de ser inadimplente e nenhuma indicação de pagamento improvável, conforme definido em políticas internas, ainda se aplica.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado para prejuízo no período contábil em que sua recuperação se torne improvável, ou seja, mais de 50% de chance de não ocorrer.

d.6 Reestruturação e renegociação

Reestruturação refere-se a qualquer negociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Renegociação, por sua vez, refere-se a um acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

e. Saldos em moedas estrangeiras

Os valores (ativos e passivos) denominados em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

f. Impobilizado de uso e depreciações acumuladas

Até dezembro de 2016 o ativo mobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Outros passivos

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de reversão de ativos e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

h. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passa a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social fícu estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CSLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, são compostos conforme segue:

	Dezembro 2025
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios.....	43.141
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (a).....	127.824
Aplicações em operações compromissadas (b) (nota 6).....	7.259.996
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	7.430.961

(a) O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta R\$ 127.824 em 31 de dezembro de 2025, sendo com partes relacionadas o montante equivalente a R\$ 102.521 (nota 22 (a)).

(b) Referem-se à aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	Dezembro 2025
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).....	6.799.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	460.000
Subtotal – Operações compromissadas	7.259.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	54.585
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 22 (a)).....	106.029
Subtotal – Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	160.614
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.420.610

b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	Dezembro 2025			
	Custo atualizado	Valor contábil por faixa de vencimento		Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	
Aplicações em operações compromissadas				
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).....	6.799.996	6.799.996	-	6.799.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	460.000	460.000	-	460.000
Subtotal	7.259.996	7.259.996	-	7.259.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros.....	54.585	41.897	12.688	54.585
Moedas estrangeiras.....	106.029	106.029	-	106.029
Subtotal	160.614	147.926	12.688	160.614
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.420.610	7.407.922	12.688	7.420.610

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Os títulos emitidos pelo governo de outros países estão custodiados na Euroclear. As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiadas na B3.

O valor de mercado dos títulos públicos federais é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado ou pelo respectivo valor justo estimado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

a. Composição por classificação e tipo

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2025:

	Dezembro 2025	
	Custo atualizado	Valor contábil
Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado	843.274	843.274
Carteira própria.....	843.274	843.274
Debêntures (i).....	843.274	843.274
Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ii)	1.342.558	1.339.615
Vinculados à prestação de garantias.....	1.342.558	1.339.615
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	1.342.558	1.339.615
Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado (ii)	1.346.868	1.347.262
Carteira própria.....	1.083.586	1.083.279
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	398	398
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	55.111	54.985
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F).....	11.882	11.862
FILCB.....	51.944	51.944
Títulos públicos mexicanos (CETES).....	964.251	964.090
Vinculados à prestação de garantias.....	263.282	263.983
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	133.123	134.120
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F).....	130.159	129.863
Total	3.532.700	3.530.151

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures foi de R\$ 3.249 (nota 10 (d)).

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, os títulos públicos federais mensurados ao valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes são classificados no Nível 1 da hierarquia do valor justo.

Os títulos públicos emitidos pelo governo de outros países (títulos públicos mexicanos – CETES) mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

b. Composição por prazo de vencimento

Os quadros apresentados a seguir consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	Dezembro 2025					Valor contábil
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos mensurados ao custo amortizado	843.274	79.857	-	150.060	613.357	843.274
Debêntures.....	843.274	79.857	-	150.060	613.357	843.274
Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.342.558	1.339.615	-	-	-	1.339.615
Letras Financeiras do Tesouro – LFT.....	1.342.558	1.339.615	-	-	-	1.339.615
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.346.868	967.323	52.594	89.991	237.354	1.347.262
Letras Financeiras do Tesouro – LFT.....	398	398	-	-	-	398
Letras do Tesouro Nacional – LTN.....	188.234	2.835	52.594	89.991	43.685	189.105
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F.....	142.041	-	-	-	141.725	141.725
FILCB.....	51.944	-	-	-	51.944	51.944
Títulos públicos mexicanos – CETES.....	964.251	964.090	-	-	-	964.090
Total	3.532.700	2.386.795	52.594	240.051	850.711	3.530.151

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo:

cotações extraídas da B3;
 Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando-se preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3.

Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades; e

NDF e câmbio: A metodologia praticada para calcular o valor de mercado consiste no uso das taxas de juros internacionais e do câmbio pronto. Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil. Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

a. Composição por indexador:

	Dezembro 2025		Valor de referência
	Ativo	Passivo	
Operações de swap	806.537	(433.968)	47.633.204
Taxa de juros.....	618.131	(226.142)	26.257.371
Moeda ou variação cambial.....	186.198	(208.020)	21.375.873
Ajustes prudenciais.....	2.208	194	-
NDF de moeda	385.793	(416.627)	27.470.374
Posição comprada.....	83.980	(361.109)	14.753.934
Posição vendida.....	311.198	(55.518)	12.716.440
Ajustes prudenciais.....	(9.385)	-	-
NDF de commodities	3.360	(3.252)	41.968
Posição comprada.....	-	(3.252)	21.456
Posição vendida.....	3.360	-	20.512
Opções de moeda	27.431	(28.984)	914.605
Compra de opção de compra.....	19.382	-	250.935
Venda de opção de compra.....	-	(17.592)	128.850
Compra de opção de venda.....	8.049	-	213.525
Venda de opção de venda.....	-	(11.392)	321.295
Opções de commodities	-	-	9.844
Compra de opção de compra.....	-	-	3.019
Venda de opção de compra.....	-	-	1.903
Compra de opção de venda.....	-	-	3.019
Venda de opção de venda.....	-	-	1.903
Futuros (i)	50.282	(163.436)	25.099.423
Posição comprada.....	492	(162.759)	15.350.569
DAP.....	-	(104)	70.965
DI de 1 dia.....	492	(343)	4.726.851
Cupom cambial – DDI.....	-	(157.090)	9.789.761
WDO.....	-	(5.222)	762.992
Posição vendida	49.790	(677)	9.748.854
DAP.....	-	-	757
DI de 1 dia.....	987	(677)	6.539.421
Cupom cambial – DDI.....	42.666	-	2.765.711
DOL.....	6.137	-	442.965
Termo de título público	1.374.652	(1.374.528)	1.375.123
Compra a termo de títulos públicos.....	581.340	(581.811)	581.811
Venda a termo de títulos públicos.....	793.312	(792.717)	793.312
Contratos de câmbio	40.713	(104.605)	13.428.373
Compra de moeda estrangeira.....	23.424	(18.328)	6.789.774
Venda de moeda estrangeira.....	17.289	(86.277)	6.638.599
Total	2.688.768	(2.525.400)	115.972.914

(i) Em 31 de dezembro de 2025, os valores a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica “Outros passivos financeiros – Negociação e intermediação de valores”.

b. Composição do valor de referência por contraparte:

	Dezembro 2025			
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3
Operações de swap.....	7.807.299	9.501.948	30.323.957	-
NDF de moeda.....	-	24.958.241	2.512.133	-
NDF de commodities.....	-	20.512	21.456	-
Opções.....	-	363.627	560.822	-
Operações com futuros.....	-	-	-	25.099.423
Termo de título público.....	1.375.123	-	-	-
Contratos de câmbio.....	2.688.470	376.689	10.363.214	-
Total	11.870.892	35.221.017	43.781.582	25.099.423

c. Composição do valor de referência por local de negociação:

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

	Dezembro 2025		
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de swap.....	-	47.633.204	47.633.204
NDF de moeda.....	-	27.470.374	27.470.374
NDF de commodities.....	-	41.968	41.968
Opções.....	-	924.449	924.449
Operações com futuros.....	25.099.423	-	25.099.423
Termo de título público.....	-	1.375.123	1.375.123
Contratos de câmbio.....	-	13.428.373	13.428.373
Total	25.099.423	90.873.491	115.972.914

d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

	Dezembro 2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ativo				
Swaps.....	2.729	9.579	387.188	407.041
NDF.....	172.747	130.996	80.153	5.257
Opções.....	83	2.649	3.597	21.102
Termo de título público.....	1.374.652	-	-	-
Contratos de câmbio.....	29.413	9.282	2.018	-
Total	1.579.624	152.506	472.956	433.400
Passivo				
Swaps.....	(47.073)	(14.016)	(79.053)	(293.826)
NDF.....	(133.480)	(161.928)	(108.984)	(15.487)
Opções.....	(502)	(3.612)	(3.768)	(21.102)
Termo de título público.....	(1.374.528)	-	-	-
Contratos de câmbio.....	(23.784)	(78.724)	(2.097)	-
Total	(1.579.367)	(258.280)	(193.902)	(330.415)

e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, termo de moeda e commodities, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Dezembro 2025		
	Valor de custo	Ganhos / (perdas) não realizados	Valor de mercado
Ativo			
Operações de swap.....	346.935	459.602	806.537
NDF (moeda e commodities).....	381.527	7.626	389.153
Opções.....	29.851	(2.420)	27.431
Termo de título.....	1.375.124	(472)	1.374.652
Contratos de câmbio.....	38.616	2.097	40.713
Total	2.172.053	466.433	2.638.486
Passivo			
Operações de swap.....	(249.265)	(184.703)	(433.968)
NDF (moeda e commodities).....	(419.358)	(520)	(419.878)
Opções.....	(24.073)	(4.911)	(28.984)
Termo de título.....	(1,375,124)	595	(1,374,529)
Contratos de câmbio.....	(125,262)	20,657	(104,605)
Total	(2,193,082)	(168,882)	(2,361,964)

f. Hierarquia de mensuração do valor justo:

	Dezembro 2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo			
Operações de swap.....	-	806.537	-
NDF (moeda e commodities).....	-	389.153	-
Opções.....	-	27.431	-
Termo de título.....	1,374,652	-	-
Contratos de câmbio.....	-	40,713	-
Total	1,374,652	1,263,834	-
Passivo			
Operações de swap.....	-	(

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

d. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Dezembro 2025
Adiantamento sobre contrato de câmbio	1.040	-	-	1.040
CDI	10	-	-	10
Capital de giro	1.364	-	-	1.364
Cessão de crédito sem coobrigação	494	-	-	494
Conta Garantida	86	8	-	94
Debenture	673	-	2.576	3.249
NCE	1	-	-	1
Supplier Finance	22	21	-	43
Títulos descontados	155	-	-	155
Fiança Honrada	-	-	146.786	146.786
Financiamento a imp/exp.	2	-	-	2
Fianças	3.696	-	-	3.696
Outros	59	-	42.714	42.773
Total	7.602	29	192.076	199.707

e. Composição da despesa por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Dezembro 2025
Adiantamento sobre contrato de câmbio	(647)	-	-	(647)
Avais e fianças honradas	-	-	(146.786)	(146.786)
CDI	276	-	-	276
Capital de giro	(1.129)	-	-	(1.129)
Cessão de crédito sem coobrigação	(375)	-	-	(375)
Conta Garantida	113	-	-	113
Debenture	2.010	2.125	(2.576)	1.559
Nostro (depósitos em moeda estrangeira)	674	-	-	674
Supplier Finance	(32)	-	-	(32)
Títulos descontados	16	-	-	16
Outras operações com características de crédito	-	-	(42.714)	(42.714)
Outros ativos financeiros	309	-	-	309
Garantias financeiras prestadas	9.680	2	-	9.682
Total	10.895	2.127	(192.076)	(179.054)

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são compostos por:

	Dezembro 2025
Negociação e intermediação de valores (a)	598.780
Rendas e receber	21.307
Relações interfinanceiras	25
Total	620.112

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 31 de dezembro de 2025, a totalidade refere-se a devedores – conta liquidações pendentes.

12. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025, outros ativos são compostos por:

	Dezembro 2025
Devedores por depósitos em garantia (a)	348.295
Serviços prestados a receber – Empresas no exterior (nota 22 (a)) (b)	344.115
Outros investimentos	7.570
Adiantamentos, antecipações salariais e outros	4.273
Pagamentos a ressarcir	913
Despesas antecipadas	749
Outros	22
Total	705.937

(a) Devedores por depósitos em garantia

Em 31 de dezembro de 2025, devedores por depósitos em garantia é composto conforme segue:

	Dezembro 2025
Depósitos previdenciários	198.850
Demandas Cofins	59.080
Demandas ISS	51.378
Outras demandas tributárias	38.870
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	117
Total	348.295

(b) Serviços prestados a receber – Empresas no exterior

Serviços prestados a receber – empresas no exterior é composto substancialmente por valores a receber decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 22 (a)).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2025, os valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos são compostos conforme segue:

	Dezembro 2025		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito tributário			
Diferenças temporárias (a)	62.055	49.644	111.699
Passivo diferido			
Carteira MTM (c)	(78.378)	(62.703)	(141.081)
Total	(16.323)	(13.059)	(29.382)

(a) Movimentação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2024	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Dezembro 2025
Imposto de renda	126.857	44.816	(109.618)	62.055
Contribuição social	101.486	36.133	(87.975)	49.644
Total	228.343	80.949	(197.593)	111.699

Crédito tributário constituído, principalmente, sobre benefícios pós-emprego e remuneração variável diferida, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (as quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes) e processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial).

O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 111.699. A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros e realização das operações a ela associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2026 – 60,78%; 2027 – 8,00%; 2028 – 9,66%; 2029 – 8,29%; 2030 – 3,40%; e entre 2031 e 2035 – 9,87%.

(b) Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa

	Dezembro 2024	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Dezembro 2025
Contribuição social	8.661	3.555	(12.216)	-
Total	8.661	3.555	(12.216)	-

(c) Movimentação das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2024	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Dezembro 2025
Imposto de renda	(44.474)	(82.527)	48.623	(78.378)
Contribuição social	(35.580)	(66.022)	38.899	(62.703)
Total	(80.054)	(148.549)	87.522	(141.081)

Obrigações fiscais diferidas constituídas sobre diferenças temporárias oriundas de marcação a mercado de instrumentos financeiros.

(d) Efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2025, o efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes decorrente do registro de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	Prejuízo fiscal / Base negativa	Outras diferenças temporárias	Passivo diferido	Efeito líquido
	Receita / (despesa)	Receita / (despesa)	Receita / (despesa)	Receita / (despesa)
Imposto de renda	-	(64.802)	(33.904)	(98.706)
Contribuição social	(8.661)	(51.842)	(27.123)	(87.626)
Efeito em 2025	(8.661)	(116.644)	(61.027)	(186.332)

(*) A diferença entre o efeito líquido no resultado em 2025 e o resultado do ativo e passivo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultado refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre os seguintes ajustes: (i) variação do valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 1.263; (ii) risco de crédito próprio (DVA) no montante de R\$ (87); e (iii) avaliação atuarial no montante de R\$ 110, além do IRPJ/CSLL diferidos calculados sobre os ajustes aos saldos de abertura de 01 de janeiro de 2025 decorrentes da adoção inicial da resolução CMN nº 4.966/2021 no montante de R\$ (834).

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	Dezembro 2025
Depósitos a prazo (a)	3.136.366
Depósitos à vista (b)	410.072
Depósitos interfinanceiros (c)	203.238
Total	3.749.676

(a) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 40% e 101%. Do montante total de depósitos a prazo, R\$ 568.464 correspondem a transações com partes relacionadas (nota 22 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

	Dezembro 2025
Faixas de vencimento	
Até 3 meses	491.811
3 a 12 meses	2.208.693
1 a 3 anos	435.862
Total	3.136.366

(b) Depósitos à vista

Do montante total de depósitos à vista, R\$ 3.746 correspondem a transações com partes relacionadas (nota 22 (a)).

(c) Depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 99% e 100%, no total de R\$ 203.237. Segue abertura por prazo de vencimento:

	Dezembro 2025
Faixas de vencimento	
3 a 12 meses	114.661
1 a 3 anos	88.577
Total	203.238

15. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações são representadas por operações compromissadas no montante de R\$517.997, sendo a totalidade correspondente a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira de terceiros.

16. RECURSO POR EMISSÃO DE LETRAS

Em 31 de dezembro de 2025, refere-se às obrigações por emissão de letras financeiras, com vencimento até fevereiro de 2028, no montante de R\$ 555.855.

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Dezembro 2025
Obrigações por tomadas de linha (a)	6.242.162
Financiamentos à exportação (b)	652.205
Total (nota 22 (a))	6.894.367

(a) Referem-se basicamente às operações de curto prazo de "interbank" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 5,81% ao ano e vencimento até fevereiro de 2030.

(b) Referem-se às captações com o DB AG New York, em Dólar, com taxa de juros de até 5,043% ao ano e vencimentos até fevereiro de 2028.

18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, outros passivos financeiros são compostos por:

	Dezembro 2025
Negociação e intermediação de valores (a)	711.969
Outros	780
Total	712.749

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 598.780 refere-se a credores – conta liquidações pendentes e R\$ 113.189 refere-se a caixas de registro e liquidação.

19. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2025, outros passivos referem-se a:

	Dezembro 2025
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior (nota 22 (a))	294.572
Despesas de pessoal	157.928
Rendas a apropriar (fianças e stand-by letter of credit)	21.338
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	18.799
IOF a recolher	8.681
Outras despesas administrativas	2.557
Total	503.875

20. PROVISÕES DIVERSAS

	Dezembro 2025
Riscos fiscais e administrativos (nota 22)	179.144
Passivo contingente (nota 22)	1.119
Passivo atuarial (nota 23 (d))	66.557
Total	246.820

21. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciais e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2024	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito / pagamento	Atualização monetária	Dezembro 2025
Fiscais						
IR/CS (a)	14.652	-	-	-	1.153	15.805
INSS (b)	139.293	-	-	-	7.239	146.532
ISS (c)	18.872	-	(3.897)	-	1.276	16.251
Total fiscais	172.817	-	(3.897)	-	9.668	178.588
Trabalhistas	412	-	-	-	55	467
Administrativo (d)	500	-	-	-	56	556
Cíveis	357.072	-	(206.560)	(175.000)	25.140	652
Total provisões	530.801	-	(210.457)	(175.000)	34.919	180.263

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 13.212, referente ao processo de desmutualização das bolsas relacionado à Deutsche Bank Corretora de Valores.

Também foi constituída, em setembro de 2019, uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2025) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. O valor do depósito judicial e a provisão constituída para essa causa foi atualizado para R\$ 146.532, o qual corresponde ao valor atualizado de forma integral.

(c) A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 7.815. Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 6.034 e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$ 1.230 que atualizado é de R\$ 1.781.

Em relação às demais discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou três ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto as receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R\$ 8.557. O Banco aderiu, em 2025, a um programa de redução de litígios da prefeitura, o que resultou em um decréscimo parcial do montante total anteriormente apresentado.

No momento do provisionamento, qual seja, ao final de 2022, os processos relacionados nesse item estavam classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível. Ainda assim, em auditoria realizada pelo Banco Central do Brasil, o provisionamento foi requerido de forma prudencial.

(d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 556.

Contingências classificadas com risco de perda possível

Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como "possível", sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinado e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte; R\$ 15.722. Em 03 de janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 21.534; (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 190; (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 7.014; (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 20.728. Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 26.241, para seguimento das discussões na esfera judicial.

A autuação da RFB em relação ao processo da Cetip, que constava até o último reporte, foi baixada por adesão ao programa de transação da Receita Federal do Brasil.

Possui também um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. O auto, originalmente oriundo da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A. em dezembro de 2016, foi devidamente impugnado. A causa de R\$ 21.702 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 26.805, para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 26.673, referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

b.5 Outras informações: conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.928.551 divide-se em 1.246.597.185 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R\$ 1.034.697, sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R\$ 136.352 e "Reserva para expansão" no montante de R\$ 898.345.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos e perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste atuarial sobre benefícios pós emprego no montante de R\$ 9.459, ao ajuste relativo ao risco de crédito próprio do Banco (DVA) no montante de R\$ 107, bem como do ajuste de marcação a mercado dos títulos públicos classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes no montante de R\$ (1.619).

d. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

e. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	Dezembro 2025
Risco operacional.....	120.463
Risco de crédito.....	722.104
Risco de moeda/cambial.....	106.391
Risco de juros.....	260.370
Risco de commodities.....	-
CVA.....	107.937
DRC.....	-
Total Patrimônio Líquido exigido – PLE.....	1.317.265
Patrimônio referência.....	2.971.718
Margem para limite Basileia.....	1.654.453
Percentual de utilização.....	44,33%
Índice Basileia.....	18,05%
IRRBB ^(a)	66,657
Razão de alavancagem.....	13,02%

(a) Por meio de instrução definida na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade a partir de janeiro/2020.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Imposto de Renda Dezembro 2025	Contribuição Social Dezembro 2025
Resultado antes dos tributos e participações.....	488.426	488.426
Efeitos marcação a mercado.....	(152.673)	(152.673)
Adições (exclusões) permanentes líquidas.....	181.856	154.664
Adições (exclusões) temporárias líquidas.....	(242.600)	(242.600)
Base de cálculo.....	275.009	247.817
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa.....	-	(43.307)
Base de cálculo após compensações.....	275.009	204.510
Impostos correntes.....	(25.016)	(7.972)
Impostos diferidos.....	(27.342)	(21.873)
Ativo Fiscal Diferido.....	(73.962)	(63.607)
Imposto de renda e Contribuição social no período.....	(126.320)	(93.452)

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 31 de dezembro de 2025, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Serviços prestados a partes relacionadas.....	144.775	244.774
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme.....	593	11.405
Rendas de garantias prestadas.....	9.191	17.395
Serviços de custódia.....	8.658	13.466
Outras.....	588	1.125
Total.....	163.805	288.165

c. Benefícios a empregados

Em 31 de dezembro de 2025, benefícios a empregados referem-se a:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Proventos.....	(113.397)	(230.573)
Encargos.....	(41.175)	(78.901)
Benefícios e treinamentos.....	(14.170)	(27.621)
Total.....	(168.742)	(337.095)

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

• Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 51.999.

• Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamento no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atualizações se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. A provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 14.553.

• O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pela Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2025, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superávit de R\$ 2.378.

e. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2025, outras despesas administrativas referem-se a:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Serviços de empresas no exterior ^(a)	(81.468)	(159.163)
Serviços do sistema financeiro.....	(11.006)	(22.132)
Processamento de dados.....	(9.450)	(21.793)
Serviços técnicos especializados.....	(9.265)	(16.468)
Comunicação.....	(6.966)	(12.200)
Manutenção e conservação de bens.....	(3.295)	(6.609)
Serviços de terceiros.....	(2.543)	(5.787)
Aluguéis.....	(2.739)	(3.388)
Viagens.....	(1.680)	(3.300)
Depreciação e amortização.....	(1.461)	(3.072)
Seguros.....	(1.086)	(2.447)
Publicidade e propaganda.....	(1.271)	(1.950)
Outras.....	(3.220)	(5.948)
Total.....	(135.450)	(264.257)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

f. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, despesas tributárias referem-se a:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
PIS/COFINS.....	(23.375)	(35.639)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS.....	(8.353)	(16.285)
Outros (IOF, IPTU e outros).....	(31.674)	(51.712)
Total.....	(63.402)	(103.636)

g. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, outras receitas operacionais referem-se a:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Preço de transferência – MDL "Divisão do lucro".....	51.502	64.488
Atualização de depósitos judiciais.....	12.143	22.158
Reversão de provisão sobre pagamento baseado em ações.....	-	17.680
Atualização de saldos a receber com partes relacionadas.....	3.285	5.471
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas.....	1.447	3.011
Reversões de outras provisões.....	8.589	2.580
Outras.....	8.589	11.453
Total.....	76.966	126.841

h. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, outras despesas operacionais referem-se a:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Atualização de saldos a pagar com partes relacionadas.....	(10.741)	(13.061)
Tributos incidentes na liquidação de saldos com partes relacionadas.....	(8.853)	(8.853)
Varição cambial sobre saldos com partes relacionadas.....	765	(5.708)
Outras.....	(3.424)	(3.934)
Total.....	(22.253)	(31.556)

i. Resultado de ajuste de variação cambial

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de ajuste de variação cambial no montante de R\$ 940.473 refere-se aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre depósitos no exterior em moedas estrangeiras, operações com características de concessão de crédito, aplicações em moedas estrangeiras e obrigações por empréstimos e ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução nº 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possuía essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	Dezembro 2025
Ativo – Exposição.....	1.262.317
Sistema – Garantidor.....	(638.979)
Resultado líquido.....	623.338

k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Banco teve a totalidade de seu resultado classificada como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB - Interest rate risk in the banking book), Líquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores práticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme disposto no artigo 90, parágrafo 1º, da Resolução BCB nº 352/2023, a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco, por meio do Relatório de Pilar 3, nos termos da Resolução BCB nº 54/2020.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de autoavaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nacionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- **Value-at-Risk (VaR):** é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. É 1 (um) dia de *holding period* (Stress Testing); medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisado periodicamente pela área de MRM.
- **Stress Test:** Impacto no resultado da carteira de negociação sob condições extremas de mercado. Métrica complementar ao VAR que analisa o portfólio em situações extremas (99,98%), aplicando choques fixos diariamente ao portfólio. Os choques são de 15% na taxa de câmbio (dólar) e em torno de 5% na curva de juros. Estima-se que tais magnitudes ocorram apenas uma vez a cada 20 anos.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (*Trading Book*) e bancária (*Banking Book*). A carteira bancária pode ser tanto marcada a mercado como *accrual*. Para a carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de Juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações prefixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- Valor do capital mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira Bancária (IRRBB): O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para o risco de taxa de juros da Carteira Bancária o valor máximo positivo obtido entre os cenários Delta EVE e Delta NII;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente;
- Perdas e Ganho embutidos: Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor *accrual* na contabilidade dentro da carteira bancária. Com limites para perdas.

Date	Total VaR*
30-Jun-24	9.438.878
30-Dez-24	3.465.000
30-Jun-25	4.245.189
31-Dez-25	3.944.868

*Em reais.

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (*Credit Risk Management* - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (*Multi-National Company* – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (*Watchlist*) e participação nas reuniões de atualização da *Watchlist* para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por *rating*, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas. A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de *ratings* (GCAF: *Global Credit Analytics Function*). O Grupo DB possui uma governança de gestão de modelos que atende as demandas de negócio e regulatórias em diversas jurisdições. A validação dos modelos é realizada por área independente das áreas desenvolvedoras.

O sistema de *rating* do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro *rating* reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de *rating* corresponde uma probabilidade de inadimplimento (*default*).

As provisões para perdas de crédito são calculadas com base em modelos internos do Grupo para estimativa de probabilidade de inadimplimento (*Probability of Default - PD*), perda dado o inadimplimento (*Loss Given Default - LGD*) e exposição no momento do *default* (*Exposure at Default - EAD*). Mensalmente é verificada a consistência das premissas dos modelos globais com as perspectivas do mercado Brasileiro (*forward looking*), avaliando dados macroeconômicos e de mercado.

Para efeito de cálculo de provisões de crédito, os instrumentos financeiros são classificados em estágios, sendo:

Estágio 1: ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito em relação à sua data de origem. Nestes casos, a probabilidade de inadimplimento (*default*) no modelo de perda esperada é calculada para um horizonte de 12 meses;

Estágio 2: ativos financeiros que apresentam aumento significativo do risco de crédito, sem que tenha ocorrido uma inadimplência. Nestes casos, a probabilidade de inadimplimento é calculada para o prazo contratual restante (*lifetime*);

Estágio 3: ativos financeiros problemáticos (*default*) ou que apresentem fortes indicativos de que não serão honrados em sua totalidade no vencimento, seguindo os critérios da política de crédito, ou que se encontra inadimplido por mais que noventa dias. A provisão para o instrumento financeiro classificado no estágio 3 é calculada pelo valor presente dos fluxos que o DB espera receber, ajustado pela probabilidade.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Processos:
 As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações;
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingência de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

Estrutura de Gerenciamento de Capital
 A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade
 A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias. Também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital
 O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
 Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas do Grupo DB e em aderência a Resolução 4.945/21 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES
Impactos da Reforma Tributária
 Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que alterou o Sistema Tributário Nacional, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), sendo regulamentados, posteriormente, pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/2026.
 Os princípios desta reforma são a simplificação do sistema tributário nacional, a implementação da tributação no destino, o princípio da não cumulatividade, a uniformidade da legislação em âmbito nacional e a gestão centralizada através do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IGBS).
 Com o objetivo de garantir a adequação e o planejamento da transição ao novo regime tributário, o Banco contará com uma consultoria externa especializada para assessoramento no mapeamento de potenciais impactos operacionais, sistêmicos e tributários decorrentes da reforma. A avaliação dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras do Banco já se encontra em análise.

DIRETORIA

Luís Flávio Muzzi Mendes
 Diretor Presidente

Elaine Aparecida do Nascimento Diretora responsável pela contabilidade	Guilherme Bernasconi Daniel	Jaime Castromil Lassala	Mateus Praxedes Souza	Ricardo Andrade Cunha	Rui Fernando Ramos Alves
---	-----------------------------	-------------------------	-----------------------	-----------------------	--------------------------

DIRETORA RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Elaine Nascimento

CONTADORA

Juliana Sayuri Oda - CRC 1SP 282682/O-6

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução
 Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.
 Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.

Atividades do Comitê
 Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o segundo semestre de 2025 e realizou a reunião de encerramento no dia 23 de março de 2026.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas
 O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa
 O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios

de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

Auditoria Interna
 Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras
 O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre de 2025. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão
 Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do exercício de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

	São Paulo, 23 de março de 2026
ELAINE NASCIMENTO Diretora e Presidente do Comitê de Auditoria	ALVIR ALBERTO HOFFMANN Membro Independente do Comitê de Auditoria
	ROSANGELA DOS SANTOS Membro Independente do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão São Paulo

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – informações comparativas
 Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
 Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
 A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros. As premissas utilizadas pela entidade para cálculo de perdas esperadas estão descritas na nota explicativa 3 (d). Conforme divulgado nas notas explicativas nº 9 e 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, o saldo bruto de operações de crédito e outros ativos é de R\$ 3.639.985 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ (196.011) levando em consideração a dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor, atrasos de obrigações contratuais; quebra de contrato, como inadimplência, falência ou atraso, garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações.
 Consideramos essa área como um principal assunto de auditoria em função da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da perda esperada desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Administração e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23; (iv) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Administração do Banco.
 Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Ambiente de tecnologia
 As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.
Como nossa auditoria conduziu o assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de

especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de Março de 2026.



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC-SP-034519/O

Felipe Fanton Schiavo
 Contador CRC-SP-324473/O

www.db.com/brasil

